

GT27: Como morrem as políticas públicas: etnografia de transições de governo e de (des) montagens políticas

Taniele Rui, Flávia Melo

Transições de governo se caracterizam pela escolha de políticas públicas a serem ou não continuadas. Porém, a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência do país tem radicalizado esse processo. Mais do que o enfraquecimento, está em curso o desmonte de políticas públicas consolidadas em governos anteriores. E, embora mais evidentes e abrangentes no âmbito federal, também ocorrem nas outras esferas de governo (municipal e estadual), a depender de dinâmicas locais e articulações com a gestão federal. Mas, se esse processo pode ser atestado e denunciado - como muito se tem feito -, pouco se reflete de modo etnográfico sobre como morre uma política pública. Como se desmonta/monta um programa de governo? Como se erguem políticas sobre as que foram destituídas ou ajustadas às novas prioridades e programas de governo? Quais atores, técnicas, tecnologias e redes envolvidas nesse processo? Quais os campos de resistência e tensão? Como se verificam os desdobramentos do que foi interrompido? Que novas montagens se observam? Que continuidades se notam nesses processos? Como descrevê-los? Este GT convida trabalhos que, a partir de temas e pesquisas específicas, dedicaram atenção etnográfica a essas questões. Interessa-nos abordagens de políticas indigenistas, de saúde, educação, assistência social, segurança pública, gestão prisional, direitos sexuais e reprodutivos, dentre outras comprometidas com a descrição desses processos e inseridas no contexto dos últimos anos.

" Viver como uma bolsa, dá?: uma etnografia das trajetórias de mulheres do Programa Bolsa Família em Santa Luzia, Ceará

Autoria: Antonio Jefferson Lopes Martins

Este artigo busca compreender as possíveis mudanças, e também permanências, nas trajetórias de vida de cinco mulheres residentes em um bairro periférico de uma cidade cearense com o recebimento do Programa Bolsa Família (PBF). Sendo uma política focalizada, voltada para as famílias pobres e extremamente pobres, as mulheres são consideradas como prioritárias na concessão desse auxílio financeiro. Para compreender essas trajetórias, tomei como referência os documentos produzidos pela gestão local da referida política no Centro de Referência da Assistência Social Família Cidadã (CRAS), onde essas usuárias realizaram seus cadastros e acessaram esse programa, entrevistas com os (as) profissionais envolvidos (as) na implementação do PBF no município e na realização de entrevistas com essas usuárias nos seus domicílios. Todas as entrevistadas residem no bairro Santa Luzia, local com precário acesso aos serviços públicos de saúde, educação, lazer e saneamento básico. Mesmo não sendo uma política de gênero, o Bolsa Família tem como prioridade a concessão de um auxílio financeiro para as mulheres enquanto responsáveis por seus familiares. A depender da dinâmica familiar elas acumulam atividades de cuidado e proteção mesmo com a presença do seu companheiro. Nessa perspectiva, as mulheres entrevistadas sentem-se "donas de seus lares", ganham uma certa autonomia em suas vidas, no sentido que Rego e Pinzani (2014) usa esse termo, mas não há alterações das atividades tidas para "mulheres" e "homens" no âmbito doméstico com o recebimento dessa bolsa por elas. Dada a importância dessa política até mesmo para a sobrevivência familiar, identifiquei maiores dificuldades de superar a condição de penúria para as mulheres chefes de família de lares monoparentais, sobretudo, quando essas são negras e pobres.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

